

**Biológicos:**  
**a evolução natural para**  
**a agricultura regenerativa.**



**BIOTROP**  
A escolha  
**NATURAL**



[www.biotope.com.br](http://www.biotope.com.br)



**TOTAL BIOTECNOLOGIA INDUSTRIA E COMERCIO S.A.**  
07.483.401/0001-99

e des surfaces en

**Balanco patrimonial em 31 de dezembro** - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

[illegible]

texto operacional - 1.1 Informações gerais - A

A tecnologia Industrial e Comércio S.A., ("Total Bio" ou "Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado, está sediada na cidade de Curitiba, estado do Paraná, e tem como objeto social e atividade preponderante a produção e comercialização de biodegradáveis, inoculantes, biofertilizantes e aditivos para a agricultura e alimentação animal. Assim, os produtos desenvolvidos pela Companhia são voltados para o manejo de culturas de grãos, de cana-de-açúcar, algodão, café, hortaliças e frutas, destinando-se à fixação biológica do nitrogênio, à promoção do enraizamento e crescimento das plantas e à proteção dos cultivos. A Companhia atua por meio da ação direta de sua área comercial e através de distribuidores agrícolas com atuação em todo o território nacional. A Total Bio realiza vendas nos seguintes segmentos: venda direta a retalho, cooperativas, B2B e exportação. O crescimento das operações brasileiro compreende todo o território nacional, as operações são, como destino, por ordem de grandezas os vizinhos: Argentina, Bolívia e Paraguai. Em 22 de novembro de 2018, o controle societário da Companhia foi adquirido pela Biotrop Soluções Ltda. ("Biotrop Ltda.") por meio de aquisição de ações e de integralização de capital que, em conjunto, representaram a participação majoritária de 92,5%. A partir da mudança de controle societário a Controladora e a Companhia ("Grupo") iniciaram uma série de mudanças na Administração com foco em expandir e fortalecer a atuação comercial e estratégica da Total Bio, bem como a implementação de processos de governança, visando crescimento e aumento do valor da Companhia, além da participação dos acionistas minoritários e passou a ter controle integral (100%) da Companhia. Em 28 de fevereiro de 2022, em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE"), os acionistas da Total Bio deliberaram a incorporação reversa integral do patrimônio da sua única controladora Biotrop Soluções Integradas e Participações Ltda. Como resultado da incorporação reversa, o controlador da Total Bio, passou a ser a Biotrop Participações S.A. ("Biotrop" ou "Controladora"). Em 26 de dezembro de 2023, a Assembleia Geral Extraordinária ("AGE"), os acionistas da Biotrop deliberaram a incorporação reversa integral do patrimônio da sua única controladora Total Bio Soluções Integradas e Participações Ltda. Como resultado da incorporação reversa, o controlador da Total Bio, passou a ser a Biotrop Participações S.A. ("Biotrop" ou "Controladora").

capitalização de reserva de

capital, conforme AGE de 16/04/2023	20.1	24.000	-
Dividendos adicionais deliberados no exercício, conforme AGO de 7/06/2023	20.3	-	-
Opção de pagamento baseado em ações (Stock Options)	20.5	-	10.318
Realização da Opção de pagamento baseado em ações (Stock Options)	20.2	-	(12.798)
Constituição de reserva de incentivos fiscais	20.4(b)	-	-
Lucro Líquido do exercício	-	-	-
Destinação do lucro:	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	20.3	-	-
Constituição de reserva legal	20.4(a)	-	-
Constituição de investimentos	20.4(c)	-	-
Reserva de retenção de lucros	20.4(d)	-	-
<b>Em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>29.030</b>	<b>310</b>	
Lucro líquido do exercício	-	-	-
Destinação do lucro:	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-
Constituição de investimentos	-	-	-
Reserva de retenção de lucros	-	-	-
<b>Em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>29.030</b>	<b>310</b>	

certas estimativas contábeis e o exercício de julgamento por parte

a Administração da Companhia no processo de aplicação das suas políticas contábeis. As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Uma descrição dessas estimativas e julgamentos está divulgada na Nota 3. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria da Companhia, nos termos previstos pelo estatuto social da Companhia, em 13 de março de 2025. **2.2 Base de mensuração** - As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando apresentado de outra forma. **2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação** - Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que também é a moeda funcional da Companhia. **2.4 Mudanças nas políticas contábeis e divulgação** - **2.4.1 Alterações de normas novas que estão em vigor** - As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2024: - Alteração ao CPC 40 (R1) / IFRS 7 - Acordos de financiamentos de fornecedores: as alterações tratam da divulgação de informações adicionais sobre os acordos de financiamento de fornecedores, com o objetivo de permitir a avaliação dos efeitos desses acordos nos passivos e fluxos de caixa. - Alteração ao CPC 06 (R2) / IFRS 16 - Passivo de arrendamento em uma transação de venda e retroarrendamento (sale and leaseback): alterações definem o reconhecimento de qualquer ganho referente ao direito de uso mantido seja reconhecido no resultado do exercício, com a diferença entre os pagamentos efetuados pelo arrendamento e os pagamentos que reduzindo o valor contábil do passivo de arrendamento. - Alteração ao CPC 26 (R1) - IAS 1 - Classificação de passivos como circulante ou não circulantes e passivos não circulantes com covenants: As alterações demandam maior divulgação sobre a classificação de passivos circulantes e sobre o risco de exigibilidade de passivos que estão sujeitos à cláusulas restritivas (covenants). As alterações mencionadas acima não tiveram impactos materiais para a Companhia. **3 Uso de estimativas e julgamentos** - Na preparação destas demonstrações financeiras a diretoria utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente, conforme determinado pelas práticas contábeis aplicáveis. **3.1 Estimativas** - Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste real

	Nota	2024	2023
Receita líquida de vendas	22	650.506	497.587
Custo das vendas	23	(171.729)	(148.726)
<b>Lucro Bruto</b>		<u>478.777</u>	<u>348.861</u>
Despesas com vendas	24.1	(181.290)	(120.579)
Despesas gerais e administrativas	24.2	(106.677)	(74.996)
Despesas com pesquisa e desenvolvimento	24.3	(17.693)	(19.994)
Outras receitas operacionais, líquidas		<u>12.997</u>	<u>4.133</u>
<b>Lucro operacional antes do resultado financeiro</b>		<u>186.114</u>	<u>137.425</u>
Receitas financeiras	25	51.425	43.636
Despesas financeiras	25	(117.950)	(82.191)
<b>Resultado financeiro</b>		<u>(66.525)</u>	<u>(38.555)</u>
<b>Resultado antes do imposto de renda e contribuição social</b>		<u>119.589</u>	<u>98.870</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes	26	(55.142)	(17.287)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	26	18.335	4.052
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<u>82.782</u>	<u>85.635</u>
<b>Lucro líquido básico e diluído por ação em reais</b>	21	<u>56.09</u>	<u>12.01</u>
<b>Demonstração do resultado abrangente</b>			

$$\frac{1}{2} \times \frac{1}{2} = \frac{1}{4}$$

Lucro líquido do exercício	82.782	85.635
Outros componentes do resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	82.782	85.635

## Reservas de luc

[illegible]

vidas para fazer face a potenciais perdas decorrentes dos processos em curso, são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da diretoria, fundamentada na opinião de seus assessores legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas. **(b) Revisão das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado e intangível** - A Companhia utiliza as seguintes taxas de depreciação e amortização para os bens com vida útil definida em 31 de dezembro de 2024:

Vida	Período de depreciação/
------	-------------------------

<b>Imobilizado e intangível</b>	<b>util</b>	<b>amortização (em meses)</b>
Hardware	6	72
Máquinas e equipamentos	12	144
Móveis e utensílios	14	168
Veículos	5	60
Benfeitorias e eletrônicos	13	156
Software	12	144
Patentes e processos	10	120
Até a data de emissão destas demonstrações financeiras, a		

Administração não identificou indicativos de alteração relevante na vida útil de seus ativos. **(c) Provisão para créditos de liquidação duvidosa** - A provisão para créditos de liquidação duvidosa é reconhecida com base em uma análise individual dos clientes, levando em consideração os riscos de realização dos recebíveis. A provisão constituída é considerada suficiente pela diretoria para cobrir as perdas dos recebíveis de difícil realização. A realização desses ativos, cujos valores estão descritos na Nota 6, em alguns casos requer negociações e tempo por parte da Companhia. **(d) Perda (impairment) do ativo** - Anualmente, a Companhia testa eventuais perdas (impairment) no ativo, de acordo com a política contábil apresentada na Nota 4.7, sendo os valores recuperáveis das Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) determinados com base em cálculos do valor em uso efetuosos com base em estimativas. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não identificou evidências de perda do valor recuperável do ativo. **(e) Taxa incremental sobre empréstimos do arrendatário** - A Companhia não tem condições de determinar a taxa implícita de desconto a ser aplicada a seus contratos de arrendamento. Portanto, a taxa incremental sobre o empréstimo do arrendatário é utilizada para o cálculo do valor presente dos passivos de arrendamento no registro inicial do contrato. A taxa incremental sobre empréstimo do arrendatário é a taxa de juros que o arrendatário teria que pagar ao tomar recursos emprestados para a aquisição de ativo semelhante ao ativo objeto do contrato de arrendamento, por prazo e com garantia semelhantes, sendo os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. Em 31 de dezembro de 2024, a taxa média ponderada dos juros sobre os arrendamentos foi de 15,27% (15,27% em

Nota	20
------	----

Fluxo de caixa das atividades operacionais	2024	2023
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	119.589	98.870
<b>Ajustes de receitas e despesas que não envolvem caixa</b>		
Depreciação e amortização	10 e 11	12.208
Amortização do direito de uso	12	12.137
Perda na alienação do ativo imobilizado e intangível	10 e 11	6.019
Perda na baixa do direito de uso	12	-
Ajuste a valor presente de contas a receber de clientes	6	(2.991)
Valor justo de instrumentos financeiros derivativos		10.530
Provisão (reversão de provisão) para liquidação créditos duvidosos	6	27.218
Provisão para descontos comerciais condicionais	18(i)	(4.787)
Provisão para contingências	18(ii)	(741)
Provisão (reversão de provisão) para estoques obsoletos	7	30
Provisão para bônus	15	70
Provisão para prêmios de debêntures	17	-
Provisão para ICMS a recolher - convênios 100 e 26	14	6.000
Outras provisões	18	727
Encargos sobre empréstimos, passivos de arrendamento e partes relacionadas		75.852
Provisão para opção de pagamento baseado em ações	20.5	(605)
<b>Variações nos ativos e passivos</b>		
Contas a receber de clientes		(8.502)
Estoques		(5.042)
Impostos e contribuições a recuperar		(8.554)
Outros ativos		2.250
Fornecedores		255
Obrigações tributárias		(9.495)
Obrigações sociais e trabalhistas		3.897
Adiantamentos de clientes e outros		32.378
<b>Caixa gerado nas operações</b>		268.443
Juros pagos	17.3	(69.145)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(18.880)
<b>Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais</b>		180.418
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</b>		
Caixa e equivalentes decorrente da incorporação da Biotrop Soluções Biológicas e Participações Ltda.	1.1	
Aquisições de bens do ativo imobilizado	10	(69.750)
Aplicações em fundos de investimentos		(23.560)
Valor recebido pela venda do imobilizado		3.111
Aquisições de ativos intangíveis	11	(38.353)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos</b>		(128.551)
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamentos</b>		
Captação de empréstimos e financiamentos	17.3	245.000
Mútuos com partes relacionadas	19	(11.741)
Pagamentos de empréstimos (principal)	17.3	(180.731)
Dividendos pagos	20.3	(1.538)
Pagamentos da contraprestação do passivo de arrendamento		(18.325)
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos</b>		32.665
<b>Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquido</b>		84.532
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício</b>	5	51.135
<b>Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício</b>	5	135.667

a aplicação não divergem materialmente da aplicação aos arrendatários individuais. O tamanho e a composição das carteiras foram definidos conforme as seguintes premissas: (a) ativos de naturezas similares e (b) prazo remanescentes com relação à data de aplicação inicial similares. **6) Plano de opções de ações.** - O cálculo do valor estimado das opções de ações requer elevado grau de julgamento e estimativas sobre o custo ponderado de capital, o crescimento de mercado, a participação da Companhia no mercado, inflação, evolução dos custos, das despesas e outras variáveis na determinação dos valores provisionados. **3.2 Mensuração do valor justo** - Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e das contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), estejam próximos de seus valores justos, especialmente considerando prazo e natureza. A Companhia apresentou os instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações por nível como segue: • Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. • Nível 2 - informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1, que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços). • Nível 3 - informações para os ativos ou passivos que não são baseadas em dados observáveis pelo mercado (ou seja, premissas não observáveis). A determinação do valor justo (*fair value*) dos instrumentos financeiros contratuais pela Companhia é efetuada com base em informações obtidas junto às instituições financeiras e o preço cotado em mercado ativo, utilizando metodologia usual padrão de precificação no mercado, que compreende avaliação do valor nominal até a data do vencimento e desconto a valor presente às

2024 e 2023







(continuação)

100.000 debêntures da espécie quirografia, com garantia adicional de jussória, e classificadas como "debêntures verdes", captadas em junho de 2022. **17.3 Compromissos (covenants)** - Além dos compromissos usuais dos instrumentos financeiros de empréstimos e financiamentos, as debêntures emitidas pela Companhia possuem, por meio da Escritura de Emissão, cláusulas restritivas que impõem obrigações relativas à manutenção de determinados índices financeiros ("covenants financeiros"), sob pena de provocar o vencimento antecipado das obrigações assumidas. Os referidos *covenants* financeiros deverão ser calculados anualmente com base nas demonstrações financeiras da Companhia, após os eventos da incorporação reversa (Nota 1.1.). Os *covenants* são monitorados mensalmente. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia está em conformidade com os indicadores exigidos para o exercício. Os índices são: • Liquidez global de inadimplência, que deverá ser menor ou igual a 8% (oit por cento) ("Índice Global de Inadimplência"), calculado de acordo com a seguinte fórmula: *Índice de Global Inadimplência = Total de Títulos Inadimplidos e Renegociados (em R\$) / Total da Carteira (em R\$)*; e • Dívida líquida dividida pelo EBITDA ajustado, devem ser excluídos itens extraordinários e o ajuste a valor presente do CPC 12 - Ajuste a Valor Presente, igual ou inferior a 2,5 a partir do exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2024. • Liquidez corrente mínima: razão entre ativo circulante e passivo circulante, considerando as demonstrações financeiras consolidadas e auditadas do Emissor, em valor igual ou superior a 1,5x, para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2024.

	2024	2023
<b>Empréstimos e financiamentos no início do exercício</b>	414.439	332.085
Movimentações que não afetam o fluxo de caixa	-	-
Juros provisionados	68.322	69.266
(+) Transferência de passivo de arrendamento	-	1.130
Movimentos que afetam o fluxo de caixa		
Obtenção de empréstimos	245.000	279.587
Pagamentos de juros	(69.145)	(76.638)
Pagamento de principal	(180.731)	(190.991)
<b>Empréstimos e financiamentos no final do exercício</b>	477.885	414.439
Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras (Notas 5 e 1)	(135.667)	(51.135)
<b>Dívida líquida (*)</b>	342.218	363.304

(\*) O total de dívida líquida deve considerar o saldo de passivos de arrendamento, cuja movimentação está apresentada na Nota 16. **17.5 Garantias** - A Companhia possui garantias vinculadas à aplicação financeira (conforme mencionado na Nota 5) e a títulos de contas a receber de clientes. As debêntures contarão com as seguintes garantias (conforme definido na escritura de emissão): (a) alienação fiduciária de ações na primeira emissão e (b) a cessão fiduciária de direitos creditórios da Companhia entre 25% e 50% do saldo devedor em todas as emissões. Os demais empréstimos e financiamentos são garantidos por títulos de contas a receber e seguros. **18 Provisões - Política Contábil** - As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício apresentado, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidá-los, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante). Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

	2024	2023
Provisão para descontos comerciais condicionais	27.124	31.911
Provisão para devolução de mercadorias	2.728	3.042
Provisão de royalties	1.710	1.542
Provisões para contingências trabalhistas	99	862
Provisões para contingências cíveis	143	121
Outras provisões	7.297	6.424
Total de provisões	39.101	43.902
Circulante	37.687	42.919
Não circulante	1.414	983

(i) **Provisão para descontos comerciais condicionais** - A Companhia promove campanhas comerciais nas quais são premiados os vendedores e suas respectivas equipes que atinjam as metas de vendas estabelecidas pela Companhia. Sendo assim as eventuais despesas decorrentes das campanhas são provisionadas para que o resultado não seja comprometido com despesas de exercícios anteriores. Adicionalmente, as campanhas vêm sendo pagas e a provisão revertida conforme competência de registro da despesa. (ii) **Provisão para contingências** - A Companhia é parte em processos trabalhistas, fiscais, cíveis e outros em andamento tanto na esfera administrativa quanto judicial, os quais, quando aplicável, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para eventuais perdas decorrentes de processos classificados como de risco de perda provável são estimadas, registradas e atualizadas pela diretoria, amparada pela opinião de consultores legais externos. **Contingências possíveis** - A Companhia conta com apoio de consultores jurídicos para acompanhamento de eventual contingência de natureza tributária (Pis e Cofins não-cumulativo). A administração acredita que as normas sobre o tema são inconsistentes com a intenção dos legisladores e os assessores legais externos classificaram a probabilidade de perda como possível para o caso. O montante envolvido é de R\$ 3.000 e a Administração entende não ser necessária a constituição de provisão. Podem existir obrigações eventuais gerais, relativas às questões tributárias do exercício, ou exercícios anteriores (últimos cinco anos), uma vez que não é possível conseguir aceitação final e definitiva desses itens no Brasil. Adicionalmente, as leis fiscais em geral são, sob certos aspectos, vagas e suscetíveis de sofrerem modificações imprevistas em sua interpretação. Também podem existir obrigações de naturezas trabalhista ou cível que, no presente momento, não são conhecidas pela diretoria da Companhia. Entretanto, com base na opinião de seus consultores legais e da Diretoria da Companhia, todos os tributos e demais obrigações assumidas pela Companhia têm sido pagas ou provisionadas adequadamente e, em 2024 e 2023, não são conhecidas ações de vulto formalizadas contra a Companhia que impliquem à constituição de provisão para cobrir eventuais perdas.

	2024	2023
Trabalhista	282	
Cível e regulatório	3.914	
Valor em risco de contingências possíveis	4.196	
<b>19 Partes relacionadas - Política Contábil</b> - As transações com partes relacionadas são inicialmente reconhecidas pelos valores acordados entre as partes, ou seja, pelas condições de mercado estabelecidas entre as partes relacionadas. Essas transações incluem, entre outros, transferências de recursos, bens ou serviços, seja a título de pagamento ou de aquisição.		
<b>(a) Saldos patrimoniais</b>	2024	2023
<b>Ativo circulante</b>		
Contas a receber de clientes	272	
Eurobiotrop Unipessoal Limitada	6.974	1.897
Nobile S.A.	20.519	6.752
Agro Bio Argentina S.A.U.	27.765	8.649
<b>Ativo não circulante</b>		
Partes relacionadas		
Mútuo: Biotrop Participações S.A.	1.700	1.700
	1.700	1.700
<b>Passivo circulante</b>		
Partes relacionadas		
Aventura Holding Imobiliária Ltda.	94	88
Dividendos a pagar:		
Biotrop Participações S.A.	4.139	1.538
	4.233	1.626
<b>Passivo não circulante</b>		
Partes relacionadas		
Aventura Holding Imobiliária Ltda	7.715	7.804
Biobest Group NV	35.802	
Mútuo: Biotrop Participações S.A (i)	10.316	
	43.517	18.120

	2024	2023
<b>(b) Transações</b>		
<b>Receita líquida de vendas</b>	2024	2023
Vendas de produtos		
Nobile S.A.	7.835	1.903
Agro Bio Argentina S.A.U.	12.713	3.682
Eurobiotrop Unipessoal Limitada	242	-
Total Bio Colombia	-	148
	20.790	5.733

<b>Custo das vendas</b>		
Vendas de produtos		
Agro Bio Argentina S.A.U.	(3.714)	(2.980)
Nobile S.A.	(1.155)	(329)
Eurobiotrop Unipessoal Limitada	(100)	-
Total Bio Colombia	-	(151)
	(4.969)	(3.460)

<b>Despesas gerais e administrativas</b>		
Despesas com serviços		
Biobest Group NV	(35.802)	-
Outras Partes Relacionadas	(191)	(29)
	(35.993)	(29)

<b>Resultado financeiro</b>		
Despesas financeiras sobre empréstimos	(1.425)	(1.755)
Biotrop Participações S.A.	(1.425)	(1.755)
	14.396	518

**19.1 Partes relacionadas - empresas que possuem os Fundos de Investimento geridos pelo Aqua Capital como acionista** - A Companhia possui transações comerciais com o Grupo Agrogalaxy Participações S.A., que entrou com o pedido de recuperação judicial em setembro de 2024 (Nota 1.4.1.). Os saldos que a Companhia possui em aberto são demonstrados a seguir: **(a) Saldos patrimoniais - Grupo econômico - Fundo Aqua**

	2024	2023
<b>Ativo circulante</b>		
Contas a receber de clientes		
Rural Brasil (Grupo Agrogalaxy)	12.955	26.687
Bussadori Garcia & Silva Ltda (Grupo Agrogalaxy)	6.666	26.245
Agrogalaxy Participações S.A.	4.245	-
Agrocot Distribuidora de Insumos Agrícolas Ltda (Grupo Agrogalaxy)	5.005	20.632
Boa Vista Comércio de Produtos Agropecuários Ltda (Grupo Agrogalaxy)	5.669	13.827
Grão de Ouro Agronegócios (Grupo Agrogalaxy)	1.022	3.470
Ferrari Zagatto Comércio de Insumos S/A (Grupo Agrogalaxy)	2.557	3.189
Agro Ferrari (Grupo Agrogalaxy)	338	3.214
<b>Total de partes relacionadas do mesmo grupo econômico</b>	38.457	97.264

(i) Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia mantém R\$ 34.212 de títulos a receber provenientes de vendas de produtos agrícolas e R\$ 4.245 de multas indenizatórias devidas pelas empresas do Grupo Agrogalaxy. Deste montante, havia parte dos títulos coberta por seguro, que aprovou a indenização e reembolso à Companhia no montante de R\$ 4.270. O valor do seguro foi recebido em caixa no dia 07 de janeiro de 2025. Após o abatimento da parcela segurada, a Companhia permaneceu com R\$ 29.942 de títulos em aberto. Foi constituída provisão para perda estimada com créditos de liquidação duvidosa no montante de R\$ 25.639 (Nota 6), com base no plano de recuperação judicial apresentado pela empresa. Para o saldo remanescente não provisionado, os recebíveis foram classificados para não circulante devido ao prazo previsto de liquidação do plano de recuperação judicial. **(b) Transações**

	2024	2023
<b>Receita líquida de vendas</b>		
Rural Brasil (Grupo Agrogalaxy)	2.234	26.628
Bussadori Garcia & Silva Ltda (Grupo Agrogalaxy)	-	19.892
Boa Vista Comércio de Produtos Agropecuários Ltda (Grupo Agrogalaxy)	1.643	18.677
Agrocot Distribuidora de Insumos Agrícolas Ltda (Grupo Agrogalaxy)	2.424	17.125
Ferrari Zagatto Comércio de Insumos S/A (Grupo Agrogalaxy)	3.645	4.274
Agro Ferrari (Grupo Agrogalaxy)	-	3.716
Grão de Ouro Agronegócios (Grupo Agrogalaxy)	19	3.015
	9.965	93.327

<b>Custo das vendas</b>		
Rural Brasil (Grupo Agrogalaxy)	(953)	(6.354)
Bussadori Garcia & Silva Ltda (Grupo Agrogalaxy)	-	(2.703)
Boa Vista Comércio de Produtos Agropecuários Ltda (Grupo Agrogalaxy)	(122)	(2.751)
Agrocot Distribuidora de Insumos Agrícolas Ltda (Grupo Agrogalaxy)	(440)	(3.123)
Ferrari Zagatto Comércio de Insumos S/A (Grupo Agrogalaxy)	(444)	(661)
Agro Ferrari (Grupo Agrogalaxy)	-	(596)
Grão de Ouro Agronegócios (Grupo Agrogalaxy)	(2)	(641)
	(1.961)	(16.829)

**19.2 Remuneração do pessoal chave da diretoria** - O pessoal-chave da diretoria inclui os membros da diretoria executiva. No ano de 2024, a remuneração paga foi de R\$ 6.399 (R\$ 5.784, em 2023). **20 Patrimônio líquido - 20.1 Capital social** - Em 2022, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE"), a redução do capital social da Companhia em R\$ 15.674 (veja Nota 1.1), mediante extinção de 4.972.894 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Após este ato, o capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2022, passou a ser de R\$ 5.030 (R\$ 20.704, em 31 de dezembro de 2021), dividido em (i) 14.760.737 ações ordinárias (19.733.631 ações ordinárias, em 31 de dezembro de 2021), nominativas e sem valor nominal; e (ii) 10.000 ações preferenciais de classe "A" (10.000 ações preferenciais, em 31 de dezembro de 2021), nominativas e sem valor nominal. As ações de capital são classificadas no patrimônio líquido e cada ação ordinária dará direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais da Companhia. As ações preferenciais de classe "A" não terão direito a voto. Em 16 de abril de 2023, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE"), o aumento de capital social da Companhia em R\$ 24.000, por meio da integralização de reservas de capital, sem a emissão de novas ações, mediante capitalização de reserva de capital. Em 5 de junho de 2023 a Companhia procedeu o cancelamento das 10.000 ações preferenciais de classe "A". Em 21 agosto de 2023 foi aprovada o grupamento da totalidade de ações de emissão da Companhia, na proporção de 10 (dez) ações ordinárias para 01(uma) ação ordinária, sem modificação do capital social ou nos direitos conferidos por essas ações aos seus titulares, passando a quantidade de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de 14.763.909 (quatorze milhões, setecentos e sessenta e três mil, novecentos e nove) para 1.476.390 (um milhão, quatrocentos e sessenta e seis mil, trezentos e noventa) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Em decorrência das alterações societárias supracitadas, o capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, era de R\$ 29.030 (R\$ 29.030 - em 31 de dezembro de 2023), dividido em (i) 1.476.390 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal (1.476.390 ações ordinárias em 31 de dezembro de 2023). Não houve alteração no capital social da Companhia durante o exercício de 2024. **20.2 Reserva de capital** - Em 2022, era representada, substancialmente, pelo saldo por ação na subscrição das ações, no âmbito do aumento de capital ocorrido em 22 de novembro de 2018, conforme faculta a alínea "a" do parágrafo 1º da Lei 6.404/78. Esse valor foi utilizado no aumento de capital de 16 de abril de 2023. Em 2023, é representado, em sua maioria, pelo valor das opções de pagamento baseado em ações que foram exercidas no ano. Os aumentos de capital foram realizados na Biotrop Participações S.A. durante o exercício, conforme os eventos previstos nos contratos individuais dos participantes que eram realizados. Não houve alteração na reserva de capital da Companhia durante o exercício de 2024. **20.3 Dividendos** - A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia ou das deliberações formais dos acionistas. Conforme previsto no estatuto social da Companhia, os acionistas têm direito à distribuição de dividendo mínimos obrigatórios, em cada exercício social, de 5% do lu-

cro líquido realizado, deduzidos do montante destinados para Reserva de incentivos fiscais. Se houver saldo do lucro líquido ajustado após as constituições das reservas e destinações do resultado, serão constituídos dividendos complementares. Em 31 de dezembro de 2024 foram constituídos os dividendos mínimos obrigatórios de R\$ 4.139 (R\$ 1.538 em 31 de dezembro de 2023) a serem pagos até o final do presente exercício. **20.4 Reserva de lucros - (a) Reserva legal** - A reserva legal é constituída anualmente mediante destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não pode exceder 20% do capital social da Companhia. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos e aumentar o capital. **(b) Reserva de incentivos fiscais** - A Total Bio possui benefícios fiscais por meio do Convênio 100/1997 e outros dispositivos do Regulamento do ICMS (RICMS) referente a operações dos Estado do Paraná, Mato Grosso e São Paulo. A Administração constituiu reserva para incentivos fiscais, em contrapartida à conta de Lucros acumulados, no montante apurado da subvenção de cada exercício. Não houve distribuição de dividendos de tal valor. Em dezembro de 2023, a Lei 14.789/2023 revogou o art. 30 da Lei nº 12.973/2014 e a Companhia deixou de usufruir do benefício de subvenção de impostos estaduais, não havendo movimentação nas reservas durante o exercício de 2024. **(c) Reserva de Investimento** - O estatuto social da Companhia prevê a possibilidade de constituição de reserva para investimento de até 5% do lucro líquido do exercício, que poderá ser retida com base em orçamento de capital, nos termos do artigo 196 da lei das sociedades por ações, tais recursos serão para assegurar a manutenção do nível de capitalização da Companhia, a expansão das atividades sociais e/ou reforço do capital de giro. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia constituiu R\$ 4.139 (R\$ 1.538 em 2023) como reserva de investimentos. **(d) Reserva de lucros retidos** - O saldo remanescente de lucros acumulados e/ou do lucro líquido do exercício é transferido para a conta de "Reserva de lucros retidos", até o limite estatutário de constituição de reservas, ficando a disposição da deliberação dos acionistas. **20.5 Opções de pagamento baseado em ações** - Em 1 de março de 2019, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") da controladora Biotrop Participações S.A. (Biotrop S.A.), o Plano de Opção de Compra de Ações ("Plano"), que permite que a Biotrop S.A. outorgue opções de compra de suas ações a administradores, empregados e prestadores de serviço da Biotrop S.A., selecionados pelo Conselho de Administração, conferindo-lhes a possibilidade de se tornarem acionistas da Biotrop S.A. mediante cumprimento de determinadas condições. O objetivo do Plano consiste em: (i) estimular a melhoria, a expansão, o êxito e a consecução das atividades da Companhia; ii) obter um maior alinhamento dos interesses dos administradores, empregados e prestadores de serviço com os interesses da Companhia; e, iii) incentivar a permanência dos administradores, empregados e prestadores de serviço na Companhia. As opções do plano de emissão pela Biotrop S.A., confere aos seus beneficiários o direito de aquisição de ações preferenciais classe A, nominativas, sem valor nominal e sem direito a voto, com prioridade na distribuição de dividendo fixo não cumulativo em valor pré-determinado, se apurado lucro contábil. As opções são divididas em lotes e o exercício das opções está condicionado à manutenção da relação jurídica e/ou vínculo entre o beneficiário e a Companhia na totalidade do prazo de carência indicado em cada lote, conforme estabelecido no contrato de outorga de cada beneficiário. Durante o exercício de 2023, os contratos atingiram a maturidade e foram exercidos pelos beneficiários. O saldo remanescente de R\$ 310 refere-se a opções canceladas que não poderão ser exercidas. **21 Lucro básico e diluído por ação** - O lucro básico e diluído por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações "ordinárias" em circulação durante o exercício. Em 2023, a Companhia não possui instrumentos com efeitos diluidores.

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	82.782	85.635
Média ponderada do número de ações no exercício	1.476	7.133
Lucro básico por ação em reais	56,09	12,01
<b>22 Receita líquida de vendas</b> - A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A Companhia reconhece a receita quando seu valor pode ser mensurado com segurança, quando é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir: <b>(a) Venda de mercadorias</b> - A receita com venda de produtos é reconhecida quando todas as seguintes condições são atendidas: • A Companhia e o comprador aprovaram a transação e estão comprometidas em cumprir suas respectivas obrigações. • A Companhia pode identificar os direitos de cada parte em relação aos bens a serem transferidos. • A Companhia pode identificar os termos de pagamento para os bens ou serviços a serem transferidos. • A transação possui substância comercial (ou seja, espera-se que o risco à época ou o valor dos fluxos de caixa futuros da entidade se modifiquem como resultado do contrato). • É provável que a Companhia receberá a contraprestação à qual terá direito em troca dos bens ou serviços que serão transferidos ao cliente. A receita de venda de produtos é reconhecida quando todos os produtos são entregues e a propriedade legal é transferida.		
Receita bruta de produtos e serviços - Mercado interno	724.492	599.232
Receita bruta de produtos e serviços - Mercado externo	32.683	16.503
(+) Subvenção de impostos estaduais (i)	-	54.873
(-) Tributos sobre vendas	(14.972)	(71.718)
(-) Ajuste a valor presente de contas a receber de clientes	(25.431)	(38.302)
(-) Cancelamento, devoluções e outras deduções sobre vendas (ii)	(66.266)	(63.001)
	650.506	497.587

	2024	2023
Matérias-primas e materiais de consumo	(111.759)	(102.827)
Mão-de-obra direta	(41.075)	(30.377)
Frete e carretos sobre vendas	(15.860)	(12.852)
Depreciação e amortização	(3.035)	(2.670)
	(171.729)	(148.726)
<b>24 Despesas por natureza</b> - A demonstração de resultado da Companhia é classificada por função. A reconciliação por natureza e finalidade, conforme requerido pelas práticas contábeis, é como segue: <b>24.1 Despesas com vendas</b>		
	2024	2023
Gastos com pessoal	(90.937)	(70.753)
Eventos e campanhas de marketing	(15.228)	(15.811)
Provisão para devedores duvidosos	(27.218)	(7.191)
Viagens e estadias	(12.186)	(8.419)
Amortização de direito de uso	(9.071)	(4.117)
Despesas com veículos	(9.344)	(6.388)
Serviços de terceiros	(9.872)	(7.19)
Depreciações e amortizações	(850)	(234)
Outras despesas com vendas	(6.584)	(3.647)
	(181.290)	(120.579)

<b>24.2 Despesas gerais e administrativas</b>		
	2024	2023
Gastos com pessoal	(25.671)	(38.366)
Serviços de terceiros	(62.664)	(23.446)
Depreciações e amortizações	(5.728)	(4.586)
Utilidades e serviços	(3.924)	(3.330)
Viagens e estadias	(2.219)	(2.806)
Amortização de direito de uso	(1.558)	(462)
Despesas com veículos	(271)	(697)
Doações, brindes e bonificações	(505)	(229)
Outras despesas gerais e administrativas	(4.137)	(1.095)
	(106.677)	(74.996)

<b>24.3 Despesas com pesquisa e desenvolvimento</b>		
	2024	2023
Gastos com pessoal	(4.635)	(8.348)
Depreciações e amortizações	(3.773)	(3.029)
Taxas de registro	(2.694)	(2.450)
Utilidades e serviços	(305)	(1.992)
Despesas com veículos	(810)	(1.593)
Viagens e estadias	(960)	(987)
Serviços de terceiros	(1.195)	(281)
Amortização de direito de uso	(645)	(210)
Outras despesas gerais e administrativas	(2.676)	(1.104)
	(17.693)	(19.994)

<b>24.4 Outras receitas operacionais líquidas</b>		
	2024	2023
<b>Outras receitas operacionais</b>		
Indenizações recebidas	7.694	-
Venda imobilizado	3.111	9.446
Receita de subvenção econômica à inovação	2.680	-
Venda sucatas	149	163
Ajuste inventário imobilizado	-	2.013
Outras receitas	1.111	437
Total das outras receitas operacionais	14.745	12.059
<b>Outras despesas operacionais</b>		
Custo imobilizado vendido	(1.722)	(6.233)
Imposto sobre outras receitas	(26)	(22)
Ganho no contrato de venda e relocação	-	(1.671)
Total das outras despesas operacionais	(1.748)	(7.926)
Outras receitas operacionais, líquidas	12.997	4.133

**25 Resultado financeiro - Política Contábil** - As receitas e despesas financeiras são reconhecidas conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando um componente de juros é identificado em relação a contas a receber específicas, a Companhia reduz o seu valor contábil para o valor presente, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros das contas a receber. Subsequentemente, os juros são apropriados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira.

	2024	2023
<b>Receitas financeiras</b>		
Ajuste a valor presente de contas a receber de clientes	28.422	34.739
Rendimentos de aplicações financeiras	12.336	6.505
Variação cambial e monetária	8.061	970
Juros recebidos	1.051	875
Descontos obtidos	842	147
Outras receitas financeiras	713	400
Total das receitas financeiras	51.425	43.366
<b>Despesas financeiras</b>		
Juros pagos ou incorridos	(68.322)	(71.473)
Comissões e despesas bancárias	(24.798)	(7.357)
Descontos concedidos	(13.338)	(2.246)
Instrumentos financeiros derivativos	(10.500)	-
Variação cambial	(198)	(661)
Outras despesas financeiras	(794)	(454)
Total das despesas financeiras	(117.950)	(82.191)
<b>Resultado financeiro</b>	(66.525)	(38.555)

**26 Despesa de imposto de renda e contribuição social - Política Contábil** - As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e são reconhecidos na demonstração do resultado.

	2024	2023
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	119.589	98.870
Alíquota vigente	34%	34%
Expectativa de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente	(40.660)	(33.616)
Tributos sobre exclusões (adições) permanentes:		
• Despesas indedutíveis e outras, líquidas	(953)	(823)
• Subvenção governamental - ICMS	-	18.657
• Inovação tecnológica - "Lei do bem"	3.322	2.909
IRPJ e CSLL diferidos sobre diferenças temporárias não constituídos	-	(362)
Incentivos fiscais (PAT - "Programa de Alimentação ao Trabalhador" e doações elegíveis)	1.299	-
Outros	185	-
Tributos no resultado	(36.807)	(13.235)
Corrente	(55.142)	(17.287)
Diferido	18.335	4.052
Alíquota efetiva	31%	13%

**27 Instrumentos financeiros - Política Contábil** - Os ativos financeiros são apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço. **(i) Ativos e passivos financeiros não derivativos - reconhecimento e não reconhecimento** - Os instrumentos financeiros ativos e passivos são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio



(continuação)

	2024	2023
<b>Ativos</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	126.083	50.340
Aplicação com restrição de movimentação	9.584	795
Contas a receber de clientes e outros créditos	335.140	349.167
Depósitos judiciais	176	174
Aplicações em fundos de investimentos	23.560	-
Partes relacionadas	1.700	1.700
Ativos ao custo amortizado (Nível 1)	496.243	402.176
<b>Passivos</b>		
Fornecedores e outras contas a pagar	32.007	31.226
Passivo de arrendamento	64.059	63.812
Empréstimos e financiamentos	477.885	414.439
Instrumentos financeiros derivativo	10.530	-
Partes relacionadas	35.802	10.316
Dividendos a pagar	4.139	1.538
Passivo ao custo amortizado (Nível 1)	624.422	521.331
Os saldos classificados como instrumentos financeiros relem-rem-se a: <b>Nível 1:</b> • <b>Caixa e equivalentes de caixa</b> - Incluem o caixa, os saldos em conta corrente e em aplicações financeiras, com valores disponíveis para realização na data de elaboração das demonstrações financeiras; • <b>Aplicação com restrição de movimentação</b> - Aplicações financeiras dadas em garantia em operações de crédito; • <b>Contas a receber de clientes/Contas a pagar a fornecedores</b> - Decorrem diretamente das operações da Companhia, registrados pelo seu valor original, deduzido de provisões para eventuais perdas; • <b>Aplicações em fundos de investimentos</b> - Investimentos em Fundo de Investimentos m Direitos Creditórios; • <b>Partes relacionadas</b> - Decorrem diretamente das operações entre empresas do Grupo, registrados pelo seu valor original, deduzido de provisões para eventuais perdas; • <b>Empréstimos e financiamentos</b> - Contratações realizadas junto a instituições financeiras, registradas pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais; • <b>Outras contas a receber e outras contas a pagar</b> - Saldos decorrentes de outras transações; e • <b>Passivo de arrendamentos</b> - Saldos decorrentes de transações de arrendamentos com terceiros. <b>Nível 2:</b> • <b>Instrumentos financeiros derivativos</b> : swaps contratuais para proteção de dívida, registrados pelo valor justo com contrapartida no resultado financeiro do exercício. <b>27.1 Gerenciamento de risco financeiro</b> - Os valores de mercado estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. O gerenciamento, controle e gestão dos riscos são de responsabilidade da área de Tesouraria. Identificado o risco, o responsável pela Tesouraria precifica e atua de forma a zerar possíveis impactos no resultado da Companhia. Os riscos são mensurados analisando as tendências de mercado e especialmente para as <i>commodities</i> são considerados a expectativa de plantio e realização da produção e as expectativas futuras de pregos, o que determinará possíveis posições compradas. A Companhia demonstra as seguintes exposições aos riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: • Risco de crédito; • Risco de liquidez; e, • Risco de mercado. Essa nota apresentará informações sobre		

Aos Administradores e Acionistas da  
**Total Biotecnologia Indústria e Comércio S.A.** São Paulo - SP  
**Opinião** - Examinamos as demonstrações financeiras da Total Biotecnologia Indústria e Comércio S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Total Biotecnologia Indústria e Comércio S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"). **Base para opinião** - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria** - Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a

a exposição a cada um dos riscos supracitados, descrevendo os objetivos, as práticas e os processos de mensuração e gerenciamento dos mesmos. **(a) Risco de crédito** - Risco de crédito é o risco de a contraparte de um instrumento financeiro não conseguir cumprir com suas obrigações contratuais, que podem surgir principalmente junto aos recebíveis de clientes. Quanto às obrigações junto a instituições financeiras, a Companhia possui operações de empréstimos e financiamentos com saldos devedores significativamente superior aos em conta corrente ou em aplicações financeiras. A diretoria considera que a concentração de risco de crédito das contas a receber é minimizada devido a pulverização da carteira de clientes. A Companhia avalia o crédito do cliente considerando o histórico de bom relacionamento, indicadores de liquidez, bem como a capacidade de pagamento à Companhia, somada a solicitação de garantias conforme divulgado na Nota 19. Em janeiro de 2023, com base nestes critérios, a Companhia estabeleceu uma política de crédito. O valor contábil dos ativos financeiros que representam a exposição máxima ao risco do crédito na data das demonstrações financeiras era a seguinte:

	2024	2023
Caixa e equivalentes de caixa	126.083	50.340
Aplicação com restrição de movimentação	9.584	795
Aplicações em fundos de investimentos	23.560	-
Contas a receber de clientes e outros créditos	335.140	349.167
Ativos ao custo amortizado	494.367	400.302
<b>(b) Risco de liquidez</b> - O risco de liquidez é o risco de escassez de recursos para liquidar obrigações. O gerenciamento do risco de liquidez é efetuado com o objetivo de garantir que a Companhia tenha recursos necessários para liquidar seus passivos financeiros na data de vencimento. O gerenciamento do risco de liquidez é efetuado pela Diretoria Financeira e monitorado pela Gerência Financeira. O gerenciamento do risco de liquidez é elaborado tendo-se em vista as necessidades de captação e a gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequados recursos financeiros disponíveis em caixa e equivalentes de caixa e por meio de linhas de crédito para captação de empréstimos, com base no monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais por no mínimo 12 meses. A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, correspondentes ao valor nominal das parcelas a serem pagas em cada faixa de vencimento.		
	2024	2023
<b>Até 12 meses</b>		
Fornecedores e outras contas a pagar	32.007	31.226
Passivo de arrendamento	19.601	16.735
Empréstimos e financiamentos	206.705	170.946
Instrumentos financeiros derivativos	10.530	-
Partes relacionadas	35.802	-
Dividendos a pagar	4.139	1.538
No circulante	308.784	220.443
<b>De 2 a 6 anos</b>		
Passivo de arrendamento	49.531	97.227
Empréstimos e financiamentos	407.841	383.555
Partes relacionadas	-	10.316
No não circulante	457.372	491.098

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia. **Reconhecimento da receita** - As receitas da Companhia são originadas substancialmente pela comercialização de produtos no curso normal de suas atividades. O reconhecimento da receita envolve julgamento na determinação do momento em que a receita deve ser reconhecida, além de um processo de conciliação entre o valor cobrado do cliente e os valores a serem recebidos. A receita de venda de produtos é reconhecida quando todos os produtos são entregues e a propriedade legal é transferida. Em função dos aspectos mencionados acima poderem impactar de forma relevante o montante de reconhecimento da receita, e consequentemente, as demonstrações financeiras como um todo, bem como pela relevância dos montantes envolvidos nas transações representar elevado risco de distorção material nas demonstrações financeiras, volume de transações e natureza de suas operações, o assunto é considerado significativamente para a nossa auditoria. *Como nossa auditoria conduziu este assunto* - Os nossos procedimentos de auditoria relacionados com o reconhecimento de receita incluíram, entre outros: (i) Análise da adequação do momento do reconhecimento da receita para uma amostra de transações incorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, considerando as datas efetivas de entrega, além de discussões sobre eventuais variações nos montantes da receita reconhecida no exercício as quais se apresentem de forma distinta as nossas expectativas; (ii) Avaliação, em base amostral, de ajustes feitos sobre as receitas decorrentes da diferença entre o valor da contraprestação recebida e o valor recebido; (iii) Análise das notas de crédito obtidas durante o período para verificar se o histórico anterior não apresentava indícios de tendências de erro no faturamento; (iv) Confirmação de saldos de contas a receber de clientes; e (v) Avaliação das divulgações da Companhia quanto aos critérios de reconhecimento da receita e montantes envolvidos. Com base no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que estão consistentes com a avaliação da Administração, nós consideramos que os critérios e premissas de reconhecimento de receita adotados pela administração, assim como as respectivas divulgações em nota explicativa, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outros assuntos** - *Auditoria dos valores correspondentes* - As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foram auditadas por outro auditor independente, que emitiu relatório em 16 de abril de 2024, com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor** - A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão

**(c) Risco de mercado - (i) Risco de taxa de juros** - O risco de taxa de juros da Companhia decorre, substancialmente, de aplicações financeiras e de empréstimos e financiamentos. Como política, as aplicações e parte significativa dos empréstimos e financiamentos são indexados a taxas pós-fixadas (Certificado de Depósito Interbancário - CDI), representando um *hedge* natural entre os saldos. O risco associado é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas aos empréstimos e financiamentos. Além disso, a diretoria monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de novas operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas. Ademais, a Companhia tem parte de sua dívida bancária atualizada por taxas de juros pré-fixadas e pela variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI médio previsto para o prazo de vigência das operações. **(ii) Risco de moeda** - A Companhia possui ativos denominados em moeda estrangeira, conforme mencionado na Nota 6. O risco de moeda é acompanhado regularmente pela Tesouraria e a diretoria entende que o não é necessário contratar instrumentos financeiros para sua mitigação dado o baixo impacto sobre os saldos de contas a receber. As importações realizadas pela Companhia são menores do que as exportações, minimizando a exposição ao risco cambial. **(d) Risco operacional** - Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação, buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam a iniciativa e criatividade. A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta diretoria. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais da Companhia para a diretoria de riscos operacionais nas seguintes áreas: • exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações; • cumprimento de exigências regulatórias e legais; • desenvolvimento de planos de contingência; • treinamento e desenvolvimento profissional; • padrões éticos e comerciais; e • mitigação de risco, incluindo seguro quando eficaz. A existência de sistemas de informação integrados e integros apoiam a diretoria na mitigação dos riscos da operação por meio da implementação de processos padronizados e automatizados. **27.2 Gestão de capital** - Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de garantir a existência de recursos suficientes para investimentos necessários para a continuidade do seu negócio e de garantir a liquidez necessária para suas atividades. Os recursos administrados para os investimentos nos ativos fixos da Companhia, requeridos para a dinâmica de seu constante crescimento e renovação, são obtidos de recursos captados em linhas de financiamento de longo prazo e de geração de caixa da Companhia. A Companhia monitora o capital com

sobre as demonstrações financeiras

de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras** - A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras** - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais

base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida corresponde ao total de empréstimos, subtraído do montante de caixa e equivalente de caixa. O capital total corresponde à soma do patrimônio líquido. Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro 2023 da Companhia estão assim sumarizados:

	Não auditado	
	2024	2023
Total de passivo de arrendamento	64.059	63.812
Total dos empréstimos e financiamentos	477.885	414.439
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(126.083)	(50.340)
(-) Aplicação com restrição de movimentação	(9.584)	(795)
Dívida líquida (A)	406.277	427.116
Patrimônio líquido (B)	247.807	169.164
Índice de alavancagem financeira - (A) / (B)	1.64	2.52

**28 Cobertura de seguros (não auditado)** - A cobertura de seguros, por natureza, em relação aos valores máximos indenizáveis denominados em reais é como segue:

Bens segurados	Riscos cobertos	2024	2023
Edifício, máquinas, equipamentos e instalações industriais	Incendio, acidentes ambientais, explosão de qualquer natureza, furtos e outros	113.406	134.251
Veículos	Danos materiais, corporais e morais	6.280	21.390
Seguro Garantia FINEP	Seguro de crédito Finep	27.064	14.015
Responsabilidade Civil	Perdas indenizáveis devidas a terceiros, decorrente de uma reclamação	20.000	20.000
Seguro de Vida em Grupo (RH)	Morte, morte acidental, invalidez permanente por acidente, invalidez por doença - por colaborador	536	510
Seguro Prestamista	Garante a quitação ou amortização da dívida na hipótese de óbito ou de invalidez permanente total por acidente dos sócios, mortes e invalidez permanente total por acidente.	-	2.000
Seguro de Crédito	Seguro de Crédito	250.000	241.152

**Diretoria**  
**Jonas Hipólito de Assis Filho** - Presidente  
**Guilherme Caldeira Carneiro** - Diretor Financeiro  
**Daniela Vizzotto** – Contadora – CRCRS 065893/O-7 T-PR

riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos aos responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 13 de março de 2025.  
ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S.S. Ltda.  
CRC 2SP-034519/O-6

Julio Braga Pinto  
Contador  
CRC SP-209957/O

Para a versão digital deste balanço acesse: <https://www.tribunapr.com.br/publicidade-legal/anunciante/total-biotecnologia-industria-e-comercio-s-a-2/>



# Anuncie suas atas e editais aqui, ligue:

(41) 3515-8731

 [publicidadelegal@tribunadoparana.com.br](mailto:publicidadelegal@tribunadoparana.com.br)

TRIBUNA





Ricardo Marajó/SECOM

# MAIS SEGURANÇA

Curitiba avalia cercar parquinhos infantis

Redação  
jornalismo@tribunadoparana.com.br

Está em análise, na Câmara Municipal de Curitiba (CMC), um projeto de lei que visa cercar os parquinhos da cidade. De autoria do vereador Marcos Vieira (PDT), o objetivo da proposta é garantir mais segurança, acessibilidade e higiene aos espaços de recreação infantil de áreas públicas da capital.

“Muitos destes parquinhos estão localizados em praças, bosques e jardins muito próximos de vias de alto fluxo, o que põe em risco a integridade das crianças, que, por um impulso em seus momentos de diversão e empolgação, podem correr para além do local e acabar avançando para a rua, ou então para áreas como ciclovias e quadras esportivas onde também podem ocorrer acidentes”, cita Vieira na justificativa da proposição.

Outro argumento é evitar “a presença de cães e outros animais que utilizam o espaço para suas necessidades fisiológicas, comprometendo a higiene do local e representando riscos à saúde infantil”. O autor também menciona que cidades brasileiras como Governador Celso Ramos (SC) e Porto Alegre (RS) possuem legislações semelhantes. Além disso, a iniciativa já seria adotada em países como Portugal e Espanha.

“Não se trata de restringir a liberdade das crianças ou de criar espaços de confinamento, mas sim de implementar uma solução urbanística que traga mais segurança e organização ao ambiente”, reforça. “A delimitação pode ser feita de forma lúdica, utilizando grades baixas ou cercas integradas ao design do espaço, sem comprometer a estética e a harmonia do ambiente público.”

Com o objetivo de implementar a Política de Cercamento das Áreas de Recreação Infantil das Praças e Parques do Município de Curitiba, o projeto de lei prevê que as cercas sejam instaladas de forma gradativa. A ideia é que o cercamento ocorra sempre que houver manutenções, reformas ou implantação de novos projetos, editais ou contratos que envolvam os parquinhos.

Os materiais e as técnicas construtivas a serem utilizados precisarão atender às normas de segurança, assegurando a integridade física das crianças e demais usuários. O cercamento das áreas públicas de recreação infantil ainda deverá garantir acessibilidade a todos. A lei poderá ser viabilizada por meio de convênios, termos de cooperação ou parcerias público-privadas, como previsto na normativa federal 11079/2024.

## ATAS E EDITAIS

Acesse pelo link  
[www.tribunapr.com.br/publicidade-legal/](http://www.tribunapr.com.br/publicidade-legal/)

TOTAL BIOTECNOLOGIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.  
NIRE 41.300.085.331 - CNPJ/MF nº 07.483.401/0001-99

### ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 6 DE JUNHO DE 2025

**I. DATA, HORA E LOCAL:** no dia 6 de junho de 2025, às 11 horas, na Rua Emílio Romani, nº 1.190, CEP 81460-020, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, reuniram-se os Conselheiros da **Total Biotecnologia Indústria e Comércio S.A.** (“Companhia”). **II. CONVOCAÇÃO E PRESENÇA:** Dispensada a convocação prévia, tendo em vista a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia. **III. COMPOSIÇÃO DA MESA:** Presidente da Mesa: Jonas Hipólito de Assis Filho e Secretário da Mesa: Daniel Frederico Muglia Araújo. **IV. ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre a autorização para: (i) a realização da 2ª (segunda) emissão de notas comerciais escriturais, com garantia real, em série única, pela Companhia, nos termos do disposto nos artigos 45 e seguintes da Lei nº 14.195, de 26 de agosto de 2021 (“Lei 14.195”), no montante total de R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais) (“Emissão” e “Notas Comerciais”, respectivamente), para distribuição pública, nos termos da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 160, de 13 de julho de 2022, conforme alterada (“Resolução CVM 160”) e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis (“Oferta”), conforme termos e condições a serem previstos no “Termo de Emissão da 2ª (Segunda) Emissão de Notas Comerciais, com Garantia Real, em Série Única, para Distribuição Pública, da Total Biotecnologia Indústria e Comércio S.A.”, a ser celebrado entre a Companhia, na qualidade de emitente das Notas Comerciais, e a Vórt Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda, na qualidade de agente fiduciário da Emissão (“Termo de Emissão” e “Agente Fiduciário”, respectivamente), bem como a autorização para a celebração de todos os documentos decorrentes e acessórios ao Termo de Emissão; (ii) a outorga e a constituição de garantia real, na forma de cessão fiduciária, pela Companhia: (a) direitos creditórios, principais e acessórios, de titularidade da Companhia, atuais e futuros, bem como seus acréscimos a título de multa, juros e demais encargos a eles impostos, decorrentes das vendas por ela realizada para seus clientes, cuja cobrança seja feita por meio de boletos bancários, de tempos em tempos emitidos pelo Itaú Unibanco S.A. em favor da Companhia, sendo tais boletos vinculados à Conta Vinculada (conforme definido abaixo), considerando os Critérios de Elegibilidade (conforme será definido no Contrato de Cessão Fiduciária), devendo atender ao Índice Global de Inadimplência (conforme será definido no Contrato de Cessão Fiduciária) (“Documentos de Cobrança”), bem como os demais direitos, existentes ou que venham a ser constituídos no futuro, decorrentes de tais Documentos de Cobrança, independentemente de onde se encontrarem, inclusive em trânsito ou em processo de compensação bancária, que deverão ser depositados na Conta Vinculada; e (b) todos e quaisquer direitos e montantes, atuais ou futuros, principais e acessórios, decorrentes, relacionados e/ou emergentes da conta nº 59744-7, mantida na agência nº 4685, de titularidade da Companhia, de movimentação restrita, mantida junto ao Banco Depositário (conforme será definido no Contrato de Cessão Fiduciária) (“Conta Vinculada”), incluindo recursos eventualmente em trânsito ou em fase de compensação bancária, bem como todos os direitos, atuais ou futuros, principais e acessórios, decorrentes, detidos e a serem detidos pela Companhia como resultado dos valores depositados ou a serem depositados na Conta Vinculada em decorrência dos Documentos de Cobrança (em conjunto, a “Cessão Fiduciária”). A Cessão Fiduciária deverá corresponder ao montante equivalente a, no mínimo, 20% (vinte por cento) do Saldo Devedor das Notas Comerciais (conforme será definido no Contrato de Cessão Fiduciária), conforme termos e condições a serem previstos no “Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e de Direitos sobre Conta Vinculada e Outras Avenças”, a ser celebrado entre a Companhia, o Agente Fiduciário e o Itaú Unibanco S.A. (“Contrato de Cessão Fiduciária”), bem como a autorização para a celebração de todos os documentos decorrentes e acessórios ao Contrato de Cessão Fiduciária; e (iii) a autorização a Diretoria e/ou procuradores da Companhia, conforme aplicável, a praticarem todos e quaisquer atos e a celebrarem todos e quaisquer documentos necessários à execução das deliberações a serem aprovadas, incluindo, mas sem limitação, praticar os atos necessários à: (a) celebração dos seguintes documentos, seus eventuais aditamentos e documentos que deles derivem: (1) Termo de Emissão; (2) Contrato de Distribuição (conforme definido abaixo); (3) Contrato de Cessão Fiduciária; e (4) outros documentos necessários à realização e implementação da Emissão e da Oferta e à outorga da Cessão Fiduciária, incluindo seus eventuais aditamentos e procurações eventualmente necessárias à realização de registros e excussão de garantias; e (b) contratação do Coordenador Líder (conforme definido abaixo), bem como, sem limitação, do Banco Depositário, do banco liquidante, do escriturador, do Agente Fiduciário, dos assessores jurídicos, e das demais instituições cuja contratação eventualmente se faça necessária para a realização e implementação da Emissão e da Oferta, fixando-lhes os respectivos honorários. Todos os atos relativos às deliberações a serem aprovadas e que tenham sido praticados pela Diretoria e/ou procuradores da Companhia, conforme aplicável, anteriormente à data desta reunião ficam também expressamente confirmados e ratificados. **V. DELIBERAÇÕES:** Após a análise das propostas submetidas à deliberação, por decisão unânime da totalidade dos Conselheiros, e sem quaisquer restrições, estes aprovaram: (i) a realização da Emissão e a Oferta pela Companhia, nos seguintes termos e condições: (a) **Número da Emissão:** a Emissão constitui a 2ª (segunda) emissão de notas comerciais da Companhia; (b) **Local de Emissão:** Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Notas Comerciais será a Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. (c) **Valor Total da Emissão:** O valor total da Emissão será de R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais), na Data de Emissão (conforme abaixo definido); (d) **Número de Séries:** a Emissão será realizada em série única; (e) **Data de Emissão:** para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Notas Comerciais será aquela prevista no Termo de Emissão (“Data de Emissão”); (f) **Data de Início da Rentabilidade:** Para todos os fins e efeitos legais, a data de início da rentabilidade será a data da primeira integralização das Notas Comerciais; (g) **Forma, Tipo e Cprovação de Titularidade:** As Notas comerciais serão emitidas sob a forma nominativa e escritural, sem emissão de cautelares ou certificados, e, para todos os fins de direito, a titularidade delas será comprovada pelo extrato emitido pelo Escriturador. Adicionalmente, será reconhecido, como comprovante de titularidade das Notas Comerciais, o extrato emitido pela B3, em nome do Titular de Notas Comerciais, quando as Notas Comerciais estiverem custodiadas eletronicamente na B3; (h) **Prazo e Data de Vencimento:** Ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado das Notas Comerciais, Resgate Antecipado Facultativo Total das Notas Comerciais e Oferta de Resgate Antecipado Facultativo Total, nos termos do Termo de Emissão, as Notas Comerciais terão prazo de 5 (cinco) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, na data a ser prevista no Termo de Emissão (“Data de Vencimento”); (i) **Valor Nominal Unitário:** o valor nominal unitário das Notas Comerciais será de R\$ 1.000,00 (mil reais), na Data de Emissão (“Valor Nominal Unitário”); (j) **Quantidade de Notas Comerciais:** Serão emitidas 100.000 (cem mil) Notas Comerciais; (k) **Colocação e Procedimento de Distribuição:** As Notas Comerciais serão objeto de distribuição pública, por meio de rito de registro automático de distribuição, a qual será realizada sob regime de garantia firme de colocação para a totalidade das Notas Comerciais (“Garantia Firme”), com a intermediação de instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários responsável pela distribuição das Notas Comerciais (“Coordenador Líder”), nos termos e condições estabelecidos no “Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública Sob o Regime de Garantia Firme de Colocação, de Notas Comerciais, com Garantia Real, da 2ª (Segunda) Emissão, em Série Única, da Total Biotecnologia Indústria e Comércio S.A.”, a ser celebrado entre a Emitente e o Coordenador Líder (“Contrato de Distribuição”); (l) **Destinação dos Recursos:** Os recursos captados por meio da Emissão deverão ser utilizados para o reforço de caixa da Companhia. (m) **Prazo e Forma de Subscrição e Integralização:** As Notas Comerciais serão subscritas e integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição, durante o prazo de distribuição das Notas Comerciais, a partir da data de início de distribuição, conforme informada no Anúncio de Início, a ser divulgado nos termos do artigo 13 da Resolução CVM 160, durante o período de distribuição das Notas Comerciais previsto no artigo 48 da Resolução CVM 160, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à B3, pelo seu: (i) Valor Nominal Unitário na primeira Data de Integralização; ou (ii) pelo seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, calculado de forma *pro rata temporis*, desde a Data de Início da Rentabilidade até a data da sua efetiva subscrição e integralização, caso sejam subscritas e integralizadas após a primeira Data de Integralização (“Prazo de Subscrição”). Sobre o Prazo de Subscrição poderá incidir ágio ou deságio, a ser definido no ato de subscrição das Notas Comerciais, sendo certo que, caso aplicável, o ágio ou deságio, será o mesmo para todas as Notas Comerciais integralizadas em uma mesma data. Em relação às integralizações realizadas em Datas de Integralização diferentes, eventual ágio ou deságio poderá ser aplicado de forma diferente; (n) **Atualização Monetária das Notas Comerciais:** o Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais não será atualizado monetariamente; (o) **Distribuição Parcial:** Não será admitida a distribuição parcial das Notas Comerciais; (p) **Juros Remuneratórios das Notas Comerciais:** Sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100,00% (cem inteiros por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias do DI - Depósito Interfinanceiro de um dia, “over extra plus”, expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, no informativo diário disponível em sua página na Internet ([www.b3.com.br](http://www.b3.com.br)) acrescido de *spread* (sobretaxa) de 3,50% (três inteiros e cinquenta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis (“Juros Remuneratórios” ou “Remuneração”, respectivamente); (q) **Pagamento dos Juros Remuneratórios:** Sem prejuízo das hipóteses de Resgate Antecipado Facultativo Total das Notas Comerciais, Oferta de Resgate Antecipado Facultativo Total ou pagamento antecipado decorrente de Eventos de Vencimento Antecipado, os Juros Remuneratórios serão pagos mensalmente sempre no dia 15 de cada mês, sendo o primeiro pagamento em 15 de julho de 2025, conforme datas a serem previstas no Termo de Emissão (“Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios”); (r) **Amortização do saldo do Valor Nominal Unitário:** Sem prejuízo das hipóteses de Resgate Antecipado Facultativo Total das Notas Comerciais, Oferta de Resgate Antecipado Facultativo Total ou pagamento antecipado decorrente de Eventos de Vencimento Antecipado, nos termos a serem previstos no Termo de Emissão, a partir de 15 de dezembro de 2025 (inclusive) o saldo Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais será amortizado mensalmente em 55 (cinquenta e cinco) parcelas, devidas sempre nas datas indicadas na tabela a ser descrita no Termo de Emissão (“cada uma delas uma” “Data de Amortização Programada”); (s) **Resgate Antecipado Facultativo Total:** A Companhia poderá, a seu exclusivo critério, a qualquer tempo, realizar o resgate antecipado facultativo da totalidade das Notas Comerciais, com o consequente cancelamento de tais Notas Comerciais, mediante o pagamento de prêmio aos Titulares de Notas Comerciais, de acordo com os termos e condições a serem previstos no Termo de Emissão (“Resgate Antecipado Facultativo Total”). O valor a ser pago em relação a cada uma das Notas Comerciais objeto do Resgate Antecipado Facultativo Total será equivalente (i) ao Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso

acrescido (ii) dos Juros Remuneratórios, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Início da Rentabilidade ou Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior (inclusive), conforme o caso, até a data do efetivo pagamento do Resgate Antecipado Facultativo Total, (iii) dos Encargos Moratórios ou outros valores devidos nos termos a serem previstos no Termo de Emissão, se houver, e (iv) de prêmio *flat*, conforme estabelecido na tabela a ser disposta no Termo de Emissão, *pro rata temporis*, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis considerando a quantidade de Dias Úteis a transcorrer entre a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo Total e a Data de Vencimento das Notas Comerciais;

Prazo	Prêmio Flat
Da Data de Emissão (inclusive) até 15.06.2027 (exclusive)	0,76% a.a.
De 15.06.2027 (inclusive) até 15.06.2028 (inclusive)	0,69% a.a.
De 15.06.2028 (exclusive) até 15.06.2029 (inclusive)	0,43% a.a.
De 15.06.2029 (exclusive) até a Data de Vencimento	0,19% a.a.

(t) **Oferta de Resgate Antecipado Facultativo Total:** A Companhia poderá, a seu exclusivo critério, realizar, a qualquer tempo, oferta de resgate antecipado da totalidade das Notas Comerciais, com o consequente cancelamento das Notas Comerciais resgatadas, que será endereçada a todos os Titulares de Notas Comerciais, sem distinção, assegurada a igualdade de condições a todos os Titulares de Notas Comerciais para aceitar o resgate antecipado das Notas Comerciais de que forem titulares, de acordo com os termos e condições a serem previstos no Termo de Emissão (“Oferta de Resgate Antecipado Facultativo Total”); (u) **Aquisição Facultativa das Notas Comerciais:** A Companhia poderá, a qualquer tempo, a seu exclusivo critério, observadas as restrições de negociação e prazo previstos na Resolução CVM 160 e os termos e condições da Resolução CVM nº 77, de 29 de março de 2022 e, ainda, condicionado ao aceite do respectivo Titular de Notas Comerciais vendedor, adquirir as Notas Comerciais, devendo tal fato constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, desde que observadas as regras expedidas pela CVM. As Notas Comerciais objeto deste procedimento poderão, a exclusivo critério da Companhia: (i) ser canceladas; (ii) permanecer em tesouraria da Companhia; ou (iii) ser novamente colocadas no mercado. As Notas Comerciais adquiridas pela Companhia para permanência em tesouraria, nos termos deste item, se e quando recolocadas no mercado, farão jus a mesma Remuneração das demais Notas Comerciais; (v) **Amortização Extraordinária Facultativa:** A Emitente poderá, a seu exclusivo critério, a qualquer tempo, realizar a amortização extraordinária facultativa das Notas Comerciais efetivamente subscritas e integralizadas, observado o limite de 98,00% (noventa e oito por cento) do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais, de acordo com os termos e condições a serem previstos no Termo de Emissão (“Amortização Extraordinária Facultativa”). O valor a ser pago em relação a cada uma das Notas Comerciais objeto da Amortização Extraordinária Facultativa será equivalente (i) ao Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido (ii) dos Juros Remuneratórios, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Início da Rentabilidade ou Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior (inclusive), conforme o caso, até a data do efetivo pagamento da Amortização Extraordinária Facultativa, (iii) dos Encargos Moratórios ou outros valores devidos nos termos do Termo de Emissão, se houver, e (iv) de prêmio *flat*, conforme estabelecido na tabela abaixo, *pro rata temporis*, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis considerando a quantidade de Dias Úteis a transcorrer entre a data da efetiva Amortização Extraordinária Facultativa e a Data de Vencimento das Notas Comerciais;

Prazo	Prêmio Flat
Da Data de Emissão (inclusive) até 15.06.2027 (exclusive)	0,76% a.a.
De 15.06.2027 (inclusive) até 15.06.2028 (inclusive)	0,69% a.a.
De 15.06.2028 (exclusive) até 15.06.2029 (inclusive)	0,43% a.a.
De 15.06.2029 (exclusive) até a Data de Vencimento	0,19% a.a.

(w) **Local de Pagamento:** Os pagamentos a que fizerem jus as Notas Comerciais serão efetuados pela Companhia utilizando-se, conforme o caso: (a) os procedimentos adotados pela B3, para as Notas Comerciais custodiadas eletronicamente na B3; ou (b) os procedimentos adotados pelo Escriturador, para as Notas Comerciais que eventualmente não estejam custodiadas eletronicamente na B3, ou, conforme o caso, pela instituição financeira contratada para este fim, ou ainda na sede da Companhia, se for o caso; (x) **Prorrogação dos Prazos:** Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação prevista e decorrente do Termo de Emissão, se o vencimento não coincidir com Dia Útil, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos. Para fins do Termo de Emissão será considerado “Dia Útil” todo e qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado nacional na República Federativa do Brasil; (y) **Encargos Moratórios:** Sem prejuízo da Remuneração, ocorrendo impositividade no pagamento de qualquer quantia devida aos Titulares de Notas Comerciais, os débitos em atraso ficarão sujeitos, independentemente de aviso ou notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, a: (i) juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês sobre o montante devido calculados *pro rata temporis*, desde a data do inadimplemento até a data do efetivo pagamento; e (ii) multa convencional, irredutível e de natureza não compensatória, de 2% (dois por cento) sobre o valor devido e não pago (“Encargos Moratórios”); (z) **Repactuação:** As Notas Comerciais não serão objeto de repactuação programada; (aa) **Classificação para Risco:** não será contratada agência de classificação de risco no âmbito da Oferta para atribuir *rating* às Notas Comerciais; (bb) **Garantia Real:** em garantia do fiel, pontual e integral cumprimento de todas (i) as obrigações relativas ao pagamento, pela Companhia, do Valor Nominal Unitário ou do saldo do Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais, conforme o caso, da Remuneração, do valor devido em caso resgate antecipado das Notas Comerciais, dos Encargos Moratórios e dos demais encargos, relativos às Notas Comerciais e à Cessão Fiduciária, quando devidos, seja na data de pagamento ou em decorrência de resgate antecipado das Notas Comerciais, ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Notas Comerciais, conforme será previsto no Termo de Emissão e no Contrato de Cessão Fiduciária; (ii) as obrigações relativas a quaisquer outras obrigações pecuniárias assumidas pela Companhia nos termos a serem previstos no Termo de Emissão e no Contrato de Cessão Fiduciária, incluindo obrigações de pagar honorários, despesas, custos, encargos, tributos, reembolsos ou indenizações, desde que comprovadas, bem como as obrigações relativas ao Banco Liquidante, ao Escriturador, à B3, ao Agente Fiduciário e demais prestadores de serviço envolvidos na Emissão; e (iii) as obrigações de ressarcimento de toda e qualquer importância que o Agente Fiduciário e/ou os Titulares de Notas Comerciais venham a desembolsar no âmbito da Emissão e/ou em virtude da constituição e manutenção da Cessão Fiduciária, bem como todos e quaisquer tributos e despesas judiciais e/ou extrajudiciais, efetivamente comprovados, incidentes sobre a excussão da Cessão Fiduciária (“Obrigações Garantidas”), a Companhia outorgará aos Titulares das Notas Comerciais, representados pelo Agente Fiduciário, a Cessão Fiduciária, conforme termos e condições a serem previstos no Contrato de Cessão Fiduciária; (cc) **Vencimento Antecipado:** As Notas Comerciais e todas as obrigações constantes do Termo de Emissão serão consideradas antecipadamente vencidas, tornando-se imediatamente exigíveis da Companhia o pagamento do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido dos Juros Remuneratórios, calculados *pro rata temporis*, desde a Data de Início da Rentabilidade, ou a última Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios, até a data do seu efetivo pagamento, sem prejuízo, quando for o caso, da cobrança dos Encargos Moratórios e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Companhia nos termos a serem previstos no Termo de Emissão, na ocorrência das hipóteses a serem descritas no Termo de Emissão, observados os eventuais prazos de cura e respectivos procedimentos, quando aplicáveis (cada um, um “Evento de Vencimento Antecipado”); (dd) **Depósito para Distribuição, Negociação, Custódia Eletrônica e Liquidação:** as Notas Comerciais serão depositadas para: (a) distribuição pública no mercado primário por meio do MDA - Módulo de Distribuição de Ativos, administrado e operacionalizado pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão - Balcão B3 (“B3”), sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da B3; e (b) negociação, no mercado secundário, por meio do CETIP21 - Títulos e Valores Mobiliários, administrado e operacionalizado pela B3, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Notas Comerciais custodiadas eletronicamente na B3; e (ee) **Demais Condições:** todas as demais condições e regras específicas a respeito da Emissão deverão ser tratadas detalhadamente no Termo de Emissão. (ii) a outorga e a constituição, pela Companhia, em favor do Agente Fiduciário, em garantia do fiel, pontual e integral pagamento das Obrigações Garantidas, da Cessão Fiduciária, nos termos e condições a serem previstos no Contrato de Cessão Fiduciária; e (iii) a autorização a Diretoria e/ou procuradores da Companhia, conforme aplicável, a praticarem todos e quaisquer atos e a celebrarem todos e quaisquer documentos necessários à execução das deliberações aprovadas, incluindo, mas sem limitação, praticar os atos necessários à: (a) celebração dos seguintes documentos, seus eventuais aditamentos e documentos que deles derivem: (1) Termo de Emissão; (2) Contrato de Distribuição; (3) Contrato de Cessão Fiduciária; e (4) outros documentos necessários à realização e implementação da Emissão e da Oferta e à outorga da Cessão Fiduciária, incluindo seus eventuais aditamentos e procurações eventualmente necessárias à realização de registros e excussão de garantias; e (b) contratação do Coordenador Líder, bem como, sem limitação, do Banco Depositário, do banco liquidante, do escriturador, do Agente Fiduciário, dos assessores jurídicos, e das demais instituições cuja contratação eventualmente se faça necessária para a realização e implementação da Emissão e da Oferta, fixando-lhes os respectivos honorários. Todos os atos relativos às deliberações a serem aprovadas e que tenham sido praticados pela Diretoria e/ou procuradores da Companhia, conforme aplicável, anteriormente à data desta reunião ficam também expressamente confirmados e ratificados. **VI. ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Mesa franqueou a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém se manifestou, deu por encerrados os trabalhos dos quais se lavrou a presente ata, que lida e achada conforme foi aprovada, e assinada pelo Presidente da Mesa e pelo Secretário da Mesa (Assinaturas: Presidente da Mesa Jonas Hipólito de Assis Filho; e Secretário da Mesa - Daniel Frederico Muglia Araújo. Conselheiros Presentes: Jonas Hipólito de Assis Filho, Jean-Marc Vandormaele e Erik Vanderhaegen). *Confere com o original lavrado em livro próprio.* Curitiba, 6 de junho de 2025. Mesa: Jonas Hipólito de Assis Filho, Presidente; Daniel Frederico Muglia Araújo, Secretário. Conselheiros: Jean-Marc Maurice D. Vandormaele-Fey, Erik Desire V. Vanderhaegen, Jonas Hipólito de Assis Filho. DocuSign Envelope ID: 23443668-E09C-4C52-8348-0917F3B60665. JUCEPAR: Certificado de registro em 11/06/2025 15:29 sob nº 20252823281. Protocolo: 252823281 de 11/06/2025. Código de Verificação: 12509510400. CNPJ da Sede: 07483401000199. NIRE: 41300085331. Com efeitos do registro em: 06/06/2025. Total Biotecnologia Indústria e Comércio S/A Leandro Marcos Raysel Biscia, Secretário-Geral. [www.empresafacil.pr.gov.br](http://www.empresafacil.pr.gov.br)



## FALECIMENTOS

**Cecília Turko**, 79 anos, sepultamento hoje, no Cemitério Vertical.

**Edinir André Cardoso**, 87 anos, sepultamento hoje, no Cemitério Paroquial de Santa Felicidade.

**Anna Bozza Boaretto**, 94 anos, sepultamento hoje, no Cemitério Jardim da Saudade.

**Miguel Nairnek**, 75 anos, sepultamento hoje, no Cemitério Santo Expedito (Campo Largo).

**Donida Costa**, 93 anos, sepultamento hoje, no Crematório Vaticano (Alm. Tamandaré).

**Manoel Pedro Mendes de Camargo**, 72 anos, sepultamento hoje.

**Elenice Ferreira da Luz**, 52 anos, sepultamento hoje.

**Gabriel Martins Espaki**, 27 anos, sepultamento hoje.

**Rosângela de Oliveira Ferreira**, 35 anos, sepultamento hoje.

**Esequiel Domingues de Oliveira**, 78 anos, sepultamento hoje.

**Genoveva Chrusciel**, 96 anos, sepultamento hoje.

**Claudete Alves**

**Ribeiro Leão**, 47 anos, sepultamento hoje.

**Luiz Alexandre Mesquita**, 52 anos, sepultamento hoje.

**Claudinei Lopes de Carvalho**, 59 anos, sepultamento hoje.

**Nair Gomes da Silva**, 90 anos, sepultamento hoje.

**Adelaide Basko**, 90 anos, sepultamento hoje.

**Viriato Franco Filho**, 72 anos, sepultamento hoje.

**Mário Walger**, 92 anos, sepultamento hoje.

**Izaura Maria Mesquita da Silva Leite**, 84 anos, sepultamento hoje.

**Altair Dorival de Lima**, 68 anos, sepultamento hoje.

**Julieta Festa Kintzel**, 100 anos, sepultamento hoje.

**Josefa Francisca Mendes**, 90 anos, sepultamento hoje.

**Maria Tereza Goulart**, 69 anos, sepultamento hoje.

**Isabelly Vitória**

**Rodrigues Ortiz**, 6 dias, sepultamento hoje.

**Izaías José da Silva**, 68 anos, sepultamento hoje.

## DESFALQUE NO TRÁFICO

Redação  
jornalismo@tribunadoparana.com.br

Curitiba e região oeste do Paraná foram palco de uma série de operações policiais bem-sucedidas contra o tráfico de drogas nos últimos dias. Em apenas 72 horas, as forças de segurança do estado conseguiram interceptar mais de 3,5 toneladas de entorpecentes, causando um prejuízo estimado em R\$ 65 milhões ao crime organizado.

O maior impacto financeiro veio de uma apreensão realizada no bairro Tatuquara, em Curitiba.

Na madrugada da última quarta-feira, a Polícia Militar (PM) localizou 876,2 quilos de cocaína, avaliados em impressionantes R\$ 60 milhões. A ação resultou na prisão de dois homens e na apreensão de veículos e uma arma de fogo.

Mas não foi só na capital que o tráfico sofreu perdas. Na região de fronteira, as cidades de Foz do Iguaçu e São Miguel do Iguaçu foram cenário de operações que retiraram de circulação cerca de 2,6 toneladas de ma-



Operações policiais causam prejuízo milionário aos criminosos.

conha, com valor estimado em R\$ 5 milhões.

Na última segunda-feira, a Polícia Civil (PCPR) interceptou uma carreta na BR-277, em Foz do Iguaçu, com mais de uma tonelada de maconha escondida em meio a uma carga lícita. Dois suspeitos foram detidos em flagrante.

No mesmo dia, em São Miguel do Iguaçu, uma ação conjunta entre Polícia Militar, Polícia Civil e

Polícia Federal (PF) resultou na apreensão de quase uma tonelada de maconha em uma chácara. Além da droga, agrotóxicos contrabandeados também foram encontrados.

Para fechar o cerco ao tráfico, na última quarta, outra operação em Foz do Iguaçu apreendeu mais de meia tonelada de maconha às margens do Rio Paraná, após a observação de uma embarcação suspeita.



## ATAS E EDITAIS



Procuradoria  
da República  
no Paraná

**AVISO DE LICITAÇÃO**  
**Pregão Eletrônico nº 90006/2025 - UASG 200053**

Nº Processo: 125.000.00217220247. Objeto: Prestação de serviços de transporte de bens em geral porta a porta para a Procuradoria da República no Estado do Paraná (PR/PR), suas unidades jurisdicionadas e a sede da empresa terceirizada responsável pela gestão documental da PR/PR; e serviço de armazenagem de bens patrimoniais móveis, integrantes do patrimônio da PR/PR. Abertura das Propostas: 30/06/2025 às 14h00 no site [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras).

Curitiba, 13 de junho de 2025  
**GABRIEL ARAUJO ZAMBON**  
Pregoeiro

**CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO PARANÁ****EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90010/2025 - CRM-PR**

O CRM-PR realizará **Pregão Eletrônico nº 90010/2025, UASG 389174**, para a contratação de uma empresa especializada para o fornecimento de cadeiras, poltronas e bancos. Abertura da Sessão: **03/07/2025 às 10h no site de Compras do Governo Federal.** (<https://www.gov.br/compras/pt-br>)

Curitiba, 13 de junho de 2025.

**Dr. ROMUALDO JOSÉ RIBEIRO GAMA**  
Presidente

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE****AVISO DE CANCELAMENTO****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 026/2025 - SMMA**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO Nº 01-089302/2025**

**OBJETO:** Aquisição de bens – equipamentos eletroeletrônicos e eletrodoméstico para o Departamento de Pesquisa e Conservação da Fauna - MAPCF da Secretaria Municipal do Meio Ambiente. Informamos que o início de propostas do Pregão Eletrônico nº 026/2025 - SMMA, marcado para o dia de hoje, 12/06/2025 às 09h, bem como o início dos lances para o dia 26/06/2025, às 09h, foram cancelados. Assim, em tempo oportuno, será informada uma nova data.

**José Roberto Martins Gomes Junior**  
Pregoeiro



Anuncie suas **atas e editais** aqui, ligue:

(41) 3515-8731  
[publicidadelegal@tribunadoparana.com.br](mailto:publicidadelegal@tribunadoparana.com.br)

TRI  
BU  
NA



Coren-PR  
Conselho Regional de Enfermagem do Paraná

CONSELHO REGIONAL DE  
ENFERMAGEM DO PARANÁ

GOVERNO FEDERAL  
BRASIL  
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

**AVISO DE PENALIDADE**

A Presidente do Conselho Regional de Enfermagem do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais e em cumprimento ao inciso III, §3º do artigo 108 do Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem – Resolução Cofen 564/2017, faz saber que, através da DECISÃO COREN/PR 65/2025, consoante deliberação do Plenário em sua 764ª Sessão Ordinária, que julgou o Processo Ético nº 059/2021, foi imposta a penalidade de CENSURA a Enfermeira KARYNA PATRICIA DE SOUZA, inscrita no Coren/PR sob o nº 428.749 por infração aos artigos 24, 26, (primeira parte), 64, 69, 72 (segunda parte) e 83 do Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem (Resolução 564/2017).

**ASSURUÁ 1 ENERGIA S.A.**

CNPJ nº 23.778.492/0001-46 - NIRE 35.300.611.75-6

**AVISO AOS DEBENTURISTAS**

A Assuruá 1 Energia S.A. ("Companhia" ou "Emissora") comunica a todos os titulares de debêntures em circulação ("Debenturistas"), nos termos da Cláusula 6.35., do "Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da Assuruá 1 Energia S.A.", celebrado em 28 de maio de 2018, conforme aditada ("Escritura de Emissão"), entre a Companhia e a Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Agente Fiduciário"), a alteração dos prazos de publicação previstos na Escritura de Emissão em razão da alteração do endereço da sede da Emissora, formalizada pela Assembleia Geral Extraordinária ocorrida em 01 de fevereiro de 2023. O endereço da sede da Emissora foi alterado para **Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Elvira Ferraz, nº 68, conjuntos 123 e 124, 12º andar, Vila Olímpia, CEP 04.452-040**. Desta forma, a partir desta data, todos os atos e decisões tomados no âmbito da Escritura de Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas, passarão a ser publicados, nos termos da Cláusula 6.35., na Gazeta de São Paulo ("Gazeta SP"). Todos os termos aqui iniciados em letras maiúsculas e não expressamente definidos terão os mesmos significados a eles atribuídos na Escritura de Emissão. São Paulo/SP, 13 de junho de 2025. **Thiago Trindade Linhares** - Diretor Presidente.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES**

**AVISO DE LICITAÇÃO**  
**CONCORRÊNCIA Nº 09/2025**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 98/2025**  
**UASG: 987445**

O Município de Bandeirantes-PR avisa os interessados que ficará prorrogado para o dia **30/07/2025, às 08:30**, no portal de compras do governo federal <https://www.gov.br/compras/pt-br>, a licitação em referência, que tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA, PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE RECAPE ASFÁLTICO VILA UNIÃO, RUA GUILHERME SACKS DO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES-PR. A retirada do edital retificado poderá ser feita nos sites eletrônicos: <https://www.gov.br/compras/pt-br> e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, através do link: [https://pncp.gov.br/app/editais?q=&status=recebendo\\_proposta&pagina=1](https://pncp.gov.br/app/editais?q=&status=recebendo_proposta&pagina=1), palavra-chave: 987445 e também pelo site eletrônico [www.bandeirantes.pr.gov.br](http://www.bandeirantes.pr.gov.br) e no departamento de Licitações da Prefeitura a partir do dia 16 de junho de 2025.

Bandeirantes - PR, 12 de junho de 2025.  
Cláudia Janz da Silva  
Secretária de Administração